

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

TECENDO PAISAGENS SUSTENTÁVEIS

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E
POLÍTICAS DE RECUPERAÇÃO DA
VEGETAÇÃO AMAZÔNICA

PROJETO PAISAGENS
SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA
(ASL BRASIL)

TECENDO PAISAGENS SUSTENTÁVEIS

**REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E
POLÍTICAS DE RECUPERAÇÃO DA
VEGETAÇÃO AMAZÔNICA**

**PROJETO PAISAGENS
SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA
(ASL BRASIL)**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente

Geraldo Alckmin

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Ministra

Marina Silva

SECRETARIA-EXECUTIVA

Secretário-Executivo

João Paulo Capobianco

SECRETARIA NACIONAL DE BIODIVERSIDADE, FLORESTAS E DIREITOS ANIMAIS

Secretária

Rita de Cássia Mesquita

DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Diretor

Pedro de Castro da Cunha e Menezes

DEPARTAMENTO DE FLORESTAS

Diretor

Thiago Belote Silva

DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE

Diretor

Bráulio Ferreira de Souza Dias

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO, DEFESA E DIREITOS ANIMAIS

Diretora

Vanessa Negrini

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Presidente

Mauro Oliveira Pires

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Diretora

Flávia Cristina Gomes de Oliveira

DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Diretora

Iara Vasco Ferreira

DIRETORIA DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL EM UCS

Diretora

Kátia Torres Ribeiro

DIRETORIA DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE

Diretor

Marcelo Marcelino de Oliveira

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

Diretor-geral

Garo Joseph Batmanian

DIRETORIA DE CONCESSÃO FLORESTAL E MONITORAMENTO

Diretor

Renato Rosenberg

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais

TECENDO PAISAGENS SUSTENTÁVEIS

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E
POLÍTICAS DE RECUPERAÇÃO DA
VEGETAÇÃO AMAZÔNICA

PROJETO PAISAGENS
SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA
(ASL BRASIL)

Brasília - DF
MMA
2025

COORDENAÇÃO

Carlos Eduardo Marinelli
Chefe de Gabinete da SBIO/MMA e Supervisor do Projeto ASL Brasil

Fabiana Mauro
Coordenadora de Comunicação Integrada / ASL Brasil

Henrique Santiago Alberto Carlos
Coordenador-técnico / ASL Brasil

EQUIPE DE PRODUÇÃO

Ana Navarrete / CI-Brasil
Júlia Beatriz Oliveira de Freitas / CI-Brasil
Sara Amaro País / FGV Europe

REVISÃO DE CONTEÚDO

Fabiana Sousa / ASL Brasil
Laura Lamonica / CI-Brasil
Neila Maria Cavalcante da Silva / CI-Brasil
Leuzabeth Assunção Silva / CI-Brasil
Maria Eliene Gomes da Cruz / CI-Brasil
Fagner Richter / CI-Brasil
Itálo Do Ó Ferreira / CI-Brasil
Renato Augusto Soares Rodrigues / CI-Brasil
Symone Maria Pancracio Falcão / CI-Brasil
Marcus Mendes / FGV Europe
Fabíola Mendes / FGV Europe
Fábio Ribeiro / FUNBIO
Hélio Hara / FUNBIO

**PRODUÇÃO DE CONTEÚDO E
PROJETO GRÁFICO**

GAMLEIRA LAB COMUNICAÇÃO
Átila Ximenes
Diretor de Criação e Projetos de Comunicação

REDAÇÃO

Jaqueleine Sordi

REVISÃO DE TEXTO

Aline Costa Santos das Neves
Jaqueleine Sordi

FOTOS

Conservação Internacional / Flavio Forner
SEMA AC / Uêslai Araúdo
PNUD / Arquivo Floresta+ Amazônia

ILUSTRAÇÃO

Fernando Igor de Godoy

Agradecimentos

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, por meio da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO/MMA), expressa seu sincero agradecimento aos profissionais dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) dos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia, bem como às instituições federais que, com dedicação e espírito colaborativo, contribuem para a implementação do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL Brasil).

O reconhecimento se estende ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (IDEFLOR-Bio), ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), instituições que integram o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e desempenham papel fundamental na execução das ações apoiadas pelo projeto.

Este material foi produzido no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL Brasil), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, por meio da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO/MMA). O conteúdo apresentado é de responsabilidade exclusiva de seus autores e não reflete, necessariamente, a posição oficial do MMA.

O ASL Brasil agradece especialmente aos produtores rurais, às comunidades tradicionais e aos parceiros locais que contribuíram com este projeto, compartilhando seus relatos, histórias e saberes que inspiraram a construção desta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

B823 Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
Tecendo paisagens sustentáveis [recurso eletrônico] : regularização ambiental e políticas de recuperação da vegetação amazônica no Projeto ASL Brasil. – Brasília, DF : MMA, 2025.
45 p. : il. color.

Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-85-7738-505-8 (on-line)

1. Conservação ambiental. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Amazônia (Brasil). I. Título.

CDU 502.13

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O PROJETO ASL BRASIL

11

CAPÍTULO 1

HISTÓRIAS QUE INSPIRAM

16

CAPÍTULO 2

UMA HISTÓRIA QUE REFLETE
MILHARES DE VIDAS

20

CAPÍTULO 3

A AMAZÔNIA E O PONTO DE NÃO
RETORNO: O QUE ESTÁ EM JOGO?

30

CAPÍTULO 4

RESULTADOS DO PROJETO ASL BRASIL

34

CAPÍTULO 5

LIÇÕES: A CONEXÃO É A CHAVE

38

Em Rolim de Moura (RO), o viveiro comunitário mantido pela Ecoporé, com apoio do ASL Brasil, produz mudas nativas para recuperação de áreas degradadas e fortalecimento da cadeia da restauração no estado de Rondônia.

INTRODUÇÃO

O PROJETO ASL BRASIL

O Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia – ASL Brasil integra o Programa Regional Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL), financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e implementado pelo Banco Mundial, do qual o Brasil participa juntamente com outros sete países amazônicos.

No Brasil, o projeto é coordenado e operacionalizado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), por meio da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBio), e tem como agências executoras a Conservação Internacional (CI-Brasil), o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV Europe).

O ASL Brasil também é operacionalizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) dos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia, além de coletivos regionais de governança territorial e prefeituras locais. Essas parcerias fortalecem ações voltadas à conservação, ao desenvolvimento sustentável, à governança de áreas de manejo integrado, à restauração da Amazônia e à consolidação de políticas públicas ambientais.

O projeto é implementado de forma alinhada a políticas públicas federais, estaduais e outros instrumentos estratégicos, como o Plano Nacional de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Além disso, o projeto está articulado com estratégias de biodiversidade e mudança do clima, fortalecendo políticas locais e criando sinergias entre ações federais, estaduais, municipais e comunitárias. O ASL parte do princípio de que a conservação da Amazônia depende de esforços coordenados e integrados, reconhecendo o papel essencial das áreas protegidas — públicas e privadas — na redução do desmatamento, na promoção do desenvolvimento sustentável e manutenção dos serviços ecossistêmicos.

O ASL Brasil é estruturado em três fases, sendo duas em implementação e uma prevista para início em 2025, conforme detalhado a seguir.

FASES DO PROJETO ASL BRASIL

FASE 1

Foca na criação e no fortalecimento da gestão de áreas protegidas na Amazônia brasileira por meio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia [ARPA], nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia, e, também, no fortalecimento de políticas públicas de gestão ambiental, na regularização ambiental de propriedades privadas, na recuperação de áreas degradadas e na promoção de práticas de manejo sustentável.

FASE 2

Executado nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia, expande o escopo do projeto incluindo a promoção da conectividade entre áreas protegidas, o fortalecimento das Áreas de Gestão Integrada (AGIs), a governança territorial coletiva e a consolidação das ações iniciadas na primeira fase.

FASE 3 (ASL XINGU)

O projeto parte das lições aprendidas e avanços das fases 1 e 2, tendo foco na região do Baixo Xingu, no Pará. Busca fortalecer a gestão de Unidades de Conservação, territórios quilombolas e terras indígenas, além de assentamentos da reforma agrária, promovendo a governança regional comunitária, a integração de políticas públicas e o incentivo a soluções socioeconômicas sustentáveis baseadas na biodiversidade.

COMPONENTES DO PROJETO ASL BRASIL



COMPONENTE 1

Criação, ampliação e fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação



COMPONENTE 2

Gestão Integrada de Paisagens que promovem a conectividade ecológica e sociobiocultural e incentivam cadeias produtivas sustentáveis



COMPONENTE 3

Apoio à elaboração e à implementação de Políticas Públicas e Planos para a Proteção e Recuperação da Vegetação Nativa que fortalecem a governança territorial e ambiental e fomentam mecanismos financeiros para restauração florestal



COMPONENTE 4

Coordenação de Projetos, Capacitação e Cooperação Regional entre os países apoiados pelo Programa ASL, para ampliar o intercâmbio entre eles e aprimorar a implementação dos projetos

Esta publicação marca o início da série “Tecendo Paisagens Sustentáveis”, criada no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL Brasil) para dar visibilidade aos principais eixos de atuação e resultados da iniciativa.

Neste primeiro volume, o foco está na Regularização Ambiental e nas Políticas de Recuperação da Vegetação Nativa na Amazônia. A publicação mostra como o ASL Brasil tem fortalecido políticas públicas, capacitado técnicos e apoiado produtores rurais na recuperação da vegetação nativa, integrando conservação e desenvolvimento sustentável nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia.

O caderno também apresenta resultados concretos, desafios da implementação do Código Florestal e lições aprendidas ao longo do caminho, revelando como a gestão ambiental integrada tem se tornado mais eficaz na região.

Os próximos volumes trarão novos temas — como a criação e gestão de Unidades de Conservação, a restauração ecológica, a recuperação de áreas degradadas e o manejo florestal sustentável — reunindo o conhecimento e as experiências que compõem o legado do ASL Brasil para a Amazônia.



No Médio Rio Negro (AM), comunidades ribeirinhas tem ações de conservação e restauração.

HISTÓRIAS QUE INSPiram



“A minha história é a de uma família que sempre viveu da terra e que, finalmente, pode dizer que essa terra agora também pertence à família. Todo o amor que cultivamos neste lugar e que meu pai lutou para manter vivo e protegido agora volta em forma de reconhecimento perante a lei, e isso é muito gratificante. Solicitei o Cadastro Ambiental Rural no dia 31 de janeiro de 2022 e, em 20 de maio de 2023, ele foi aprovado.”

RAIANA XAVIER PANTOJA, 24 ANOS

Raízes que conectam a terra, as pessoas e o futuro

Desde muito jovem, Raimundo Ferreira Pantoja aprendeu que a terra retribui o cuidado que recebe. Em sua propriedade, localizada em Oeiras do Pará (PA), ele construiu sua história cultivando mandioca, milho, goiaba, caju e tantos outros frutos que sustentaram a família por gerações. Mas Raimundo sempre soube que trabalhar na terra era também cuidar dela, para prosperar, era preciso preservar. Aos 82 anos, ele conhece bem o ritmo da roça, mas o tempo dos papeis, carimbos e exigências formais sempre pareceu seguir outro compasso. Durante mais de duas décadas, batalhou para regularizar sua propriedade, enfrentando a burocracia que teimava em prolongar a espera. Ainda assim, nunca desistiu. Seguiu acreditando que sua dedicação à terra precisava ser reconhecida e foi. Com a chegada do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia à região, finalmente conseguiu regularizar ambientalmente seu imóvel rural, que agora está em conformidade com os critérios de proteção ambiental previstos em lei.

A Amazônia, assim como a história de Raimundo e de tantos pequenos produtores da floresta mais biodiversa do mundo, se constrói por meio de conexões invisíveis, onde redes que se estendem acima e abaixo da terra sustentam vidas que se entrelaçam em um grande sistema interligado. De forma semelhante, o Projeto ASL Brasil atua impulsionando a regularização ambiental como ferramenta essencial para garantir que propriedades rurais estejam alinhadas à legislação ambiental vigente, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e a gestão integrada da paisagem. Desde que chegou à região amazônica, o projeto tem implementado ações para conectar produtores rurais às informações oficiais, treinar equipes técnicas, fortalecer secretarias de meio ambiente e ampliar o acesso às políticas que garantem a conservação da terra e da floresta. Esses processos têm acelerado as elaborações e análises dos Cadastros Ambientais Rurais (CARs) e dado suporte aos proprietários rurais nas adequações de suas terras, proporcionando um caminho mais rápido e eficaz para a regularização ambiental e garantindo que mais produtores possam acessar os direitos e incentivos previstos em lei.

A história de Raimundo, que parecia solitária, é, na verdade, a história de milhares. Ele nunca soube quantos outros estavam na mesma situação. Mas ao longo dos anos, ouviu histórias parecidas, de vizinhos e amigos que também tentavam regularizar suas terras sem sucesso. “Quando finalmente conseguimos a documentação das terras, foi como um peso sendo tirado das costas do meu pai”, conta Raiana Xavier Pantoja, filha de Raimundo. “Ele, que sempre trabalhou com tanto amor e dedicação, viu sua vida e a vida dos filhos mudarem. Foi um orgulho imenso para nós. Esse momento trouxe não apenas a regularização, mas uma nova esperança para nossa família. A terra agora tem o futuro que ele sempre sonhou para nós.”

Com a regularização da propriedade, a família de Raimundo se tornou elegível para participar do Programa Floresta+ Amazônia, uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima que desenvolve e fomenta o mercado de serviços ambientais, reconhecendo e valorizando atividades que contribuem para a conservação da floresta e incentivando a retribuição, tanto monetária quanto não monetária. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) ativo é um dos requisitos para que pequenos proprietários e demais produtores rurais possam acessar esse e outros benefícios. Graças ao projeto, a família pôde investir na melhoria das condições da propriedade: compraram materiais, ampliaram áreas de cultivo e construíram estruturas para melhorar o trabalho. A regularização ambiental da propriedade não foi apenas um processo burocrático, foi a chave para um futuro mais sustentável e seguro.

Hoje, entende-se que o uso sustentável da terra vai além de um título. É a garantia de que famílias como a de Raimundo possam permanecer, cultivar e preservar. Trata-se de um processo que traz benefícios a todos: para as comunidades, com o acesso a incentivos financeiros e práticas sustentáveis; para o Governo Federal, com o avanço significativo na implementação do Código Florestal; com o compromisso de redução do desmatamento; com o cumprimento das metas climáticas; e para a floresta, com a ampliação de áreas conservadas; regeneração de áreas degradadas; manutenção e ampliação da conectividade da paisagem.

Até agora, mais de 57 mil CARs foram analisados com o apoio do projeto e foram implementados cerca de mil hectares de restauração ativa em áreas com passivos ambientais. Somam-se ainda mais de 40 mil hectares em processo de restauração, considerando tanto ações de restauração ativa quanto de regeneração natural assistida, em Unidades de Conservação e imóveis rurais.

Além de auxiliar os produtores rurais na adequação à legislação, o ASL Brasil fortalece o trabalho das secretarias estaduais e nacionais, impulsionando a formulação de políticas públicas voltadas à regularização ambiental. Para aqueles que possuem passivos ambientais, o projeto oferece suporte na implementação dos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas (PRADAs), garantindo que as áreas de vegetação nativa sejam recuperadas e protegidas para as futuras gerações. O ASL Brasil segue conectando pessoas, fortalecendo territórios e garantindo que a terra continue a ser fonte de vida e sustento para aqueles que dela cuidam.



Minha propriedade tem 87 hectares e, desde o início, trabalhamos com agricultura. Solicitei meu Cadastro Ambiental Rural (CAR) em 2016, quando era uma exigência do município, e a análise só foi concluída em 2024. Desde então ele só tem nos ajudado. Sempre mantendo o cadastro atualizado, porque sei o quanto ele facilita o acesso ao crédito bancário, que é uma ferramenta essencial para o produtor. Aqui na propriedade, todas as Áreas de Preservação Permanente (APPs) estão protegidas, e esse compromisso com a conservação tem trazido benefícios. Hoje sou beneficiado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMA) recebendo um pequeno incentivo por manter minhas áreas preservadas. Moro aqui com minha esposa, um filho e três filhas, e esse apoio é um incentivo a mais para continuarmos cuidando da terra e garantindo um futuro sustentável para nossa família.”

OSWALDO VAGNER, 54 ANOS

Produtor rural na Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu (PA)

“Trabalho há 15 anos na secretaria e acompanhei de perto todas as mudanças desde a chegada do Projeto ASL Brasil ao nosso estado. De fato, vimos uma transformação acontecer. A implementação do Código Florestal, que é a principal política de proteção das florestas, ganhou uma nova dinâmica, e o CAR se tornou um dos principais instrumentos, junto com o PRA.

O projeto começou apoiando fortemente a regularização ambiental por meio da análise do CAR, e essa atuação gerou mudanças não apenas nos números, mas também no debate sobre o tema. Ele trouxe para a mesa a importância da relação com outros órgãos, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), que trabalham com fitossanidade animal e vegetal, além das secretarias municipais.

Além disso, o projeto fomentou essa dinâmica de diálogo justamente num momento em que a secretaria precisava desse suporte. Com financiamento e apoio direto às atividades, o ASL Brasil impulsionou discussões e ações concretas. Hoje, vemos mudanças tanto nos números quanto no comportamento dos envolvidos, e os planos, projetos e programas avançaram significativamente.”

LUIZ EDINELSON CARDOSO

Agrônomo e Assessor técnico da Secretaria-adjunta de Gestão e Regularidade Ambiental da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS do Pará



UMA HISTÓRIA QUE REFLETE MILHARES DE VIDAS

Em São Félix do Xingu (PA), Rosely e Damião cultivam mudas nativas em viveiro apoiado pelo ASL Brasil para recuperar áreas degradadas da APA Triunfo do Xingu, uma das maiores Unidades de Conservação do Brasil, com mais de 1,7 milhão de hectares.

A Importância do Código Florestal e do Cadastro Ambiental Rural na Regularização Ambiental

“

Minha história com essa terra começou há 36 anos, quando vim do Mato Grosso com meus pais. Aqui construí minha família, casei com o Damião, criamos nossos filhos e agora também nosso neto. Nossa propriedade, de 28 hectares, fica na APA Triunfo do Xingu e é o nosso lar, nosso sustento. Trabalhamos duro, plantamos cacau, banana, milho, feijão, hortaliças... e toda quarta-feira estamos na feira, vendendo o que colhemos com tanto carinho. Com a documentação completa, temos segurança, temos direitos. É uma sensação de alívio e orgulho. Agora, podemos sonhar mais alto, buscar recursos, investir, crescer. O que antes era um desafio, hoje é uma oportunidade. E isso faz toda a diferença para o nosso futuro.”

ROSELY ALVES DIAS, 44 ANOS

Produtora rural na Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu (PA)

O primeiro passo para transformar a vida de Rosely foi garantir a regularização fundiária da sua propriedade, condição essencial para acessar políticas públicas e avançar em outras etapas de organização produtiva e ambiental. Mas foi com a regularização ambiental, por meio da inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que Rosely e sua família começaram a acessar benefícios como maior segurança jurídica, apoio técnico e possibilidades de acesso a crédito para práticas produtivas sustentáveis.

A possibilidade de um novo futuro para a família de Rosely e de outros milhares de pequenos produtores rurais no Brasil começou a ser pavimentada em 2012, com a atualização do Código Florestal Brasileiro, que trouxe mudanças importantes para a gestão ambiental no país. Ele define regras para o uso da terra e estabelece mecanismos para garantir que propriedades rurais sigam normas de proteção da vegetação nativa, recompensando os produtores por essas práticas.

Um dos principais avanços do novo Código Florestal foi o estabelecimento do processo de regularização ambiental das propriedades rurais baseado no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e nos Programas de Regularização Ambiental (PRA). Esses mecanismos permitem a identificação das áreas de preservação permanente, de reserva legal, de vegetação nativa, de uso consolidado e daquelas que precisam ser restauradas ou compensadas. Além disso, possibilitam o acesso a linhas de crédito, incentivos e programas de fomento à produção sustentável, garantindo maior segurança jurídica aos produtores e incentivando a conservação ambiental.



POR DENTRO DO CÓDIGO FLORESTAL

O CÓDIGO FLORESTAL (LEI Nº 12.651/2012)

A lei estabelece regras para conservar a vegetação nativa em propriedades rurais. Ela determina como devem ser protegidas as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais (RLs), além de regular o uso sustentável dos recursos naturais.

O CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

O CAR é um registro eletrônico obrigatório para todas as propriedades rurais. Ele funciona como um banco de dados que ajuda no monitoramento ambiental, na identificação de responsáveis por ilícitos ambientais e no combate ao desmatamento ilegal.

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

Ações realizadas dentro do imóvel rural com o objetivo de atender às exigências da legislação ambiental, especialmente no que diz respeito à manutenção e recuperação de APPs, RLs e Áreas de Uso Restrito, ou à compensação da Reserva Legal, quando for o caso.

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (PRA)

O PRA, que é de adesão voluntária, representa um conjunto de medidas que ajuda os produtores a recuperarem passivos ambientais identificados no CAR. Ele orienta a recuperação de áreas protegidas dentro das propriedades.

O PROJETO DE RECOMPOSIÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS OU ALTERADAS (PRADA)

O PRADA é um dos instrumentos para regularização de passivos ambientais que define as ações para recuperar áreas degradadas. Ele deve ser elaborado por um responsável técnico indicado pelo produtor rural e aprovado pelo órgão ambiental estadual competente. O plano pode incluir o plantio de espécies nativas ou produtivas e manejo para a regeneração natural da vegetação.

PASSO A PASSO PARA A REGULARIZAÇÃO

- 1** O produtor rural faz a inscrição do CAR pela internet. A inscrição se divide em dois momentos: um sistema offline e o upload é feito no sistema online. Esse fluxo é obrigatório.
- 2** O órgão ambiental analisa o cadastro e verifica se há passivos ambientais.
- 3** Caso haja passivos, o produtor pode aderir ao PRA, que define as ações necessárias para a regularização.
- 4** Como parte do PRA, o produtor elabora um PRADA, detalhando como será feita a recuperação das áreas degradadas.



- 5** O Produtor assina um Termo de Compromisso Ambiental (TCA) onde compromete-se a cumprir com o PRADA elaborado. A partir do TCA assinado, ele já pode acessar os benefícios como crédito rural, desembargo e isenção de multas ambientais.
- 6** O produtor implementa as ações definidas no PRADA e passa a ser monitorado pelo órgão ambiental.
- 7** Quando todas as metas forem cumpridas, a propriedade será considerada regularizada em relação às obrigações de conservação ambiental.
- 8** Posteriormente, o produtor deve manter as informações do cadastro sempre atualizadas. Qualquer alteração na propriedade ou em seus limites precisa ser registrada para garantir o acesso a benefícios, como crédito rural e isenção de multas ambientais.



GOOGLE GEMINI. (Inteligência Artificial)

A implementação do Código Florestal no Brasil envolve diferentes esferas de governo, cada uma com atribuições específicas. O governo federal estabelece as diretrizes gerais da legislação e mantém o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), onde são registradas as informações das propriedades rurais. Os estados têm um papel central na regularização ambiental, sendo responsáveis pela análise e validação dos Cadastros Ambientais Rurais (CARs), além da coordenação dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e da fiscalização do cumprimento das normas. Já os municípios, dependendo da estrutura local e dos arranjos institucionais, podem analisar os CARs, atuar no apoio técnico e na orientação aos produtores rurais, facilitando o processo de regularização e garantindo a integração entre as políticas públicas.

Os desafios da implementação

Mesmo com todas essas ferramentas, implementar o Código Florestal na prática não é uma tarefa simples. O processo de regularização é complexo. E muitos estados brasileiros ainda não têm estrutura suficiente para analisar e validar os cadastros com rapidez, com equipes treinadas ou com tecnologia adequada. A falta de estrutura gera uma demora que acaba criando insegurança para os produtores e pode até desmotivá-los a aderir ao CAR e ao PRA. Além disso, muitos pequenos produtores não têm acesso à assistência técnica necessária para entender todas as exigências da lei no processo de regularização.

DESAFIOS

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROPRIETÁRIOS RURAIS NA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

Os produtores rurais, especialmente pequenos e médios, encontram diversos desafios para a adequação ambiental de suas propriedades. Entre os principais obstáculos estão:



Regularização fundiária

A regularização fundiária é o primeiro passo e, muitas vezes, um desafio enfrentado pelos proprietários rurais. Sem a documentação que comprove a posse ou a titularidade da terra, os produtores ficam impedidos de avançar com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), bem como acessar políticas públicas, programas de apoio técnico e linhas de crédito que poderiam viabilizar a regularização ambiental.



Dificuldades na elaboração do CAR

Muitos proprietários enfrentam problemas técnicos ao submeter o cadastro, especialmente em casos de sobreposição de áreas, documentação incompleta ou pendências ambientais.



Longo tempo de análise dos cadastros

A demora na análise dos CARs pelo poder público gera incertezas e desmotiva produtores a dar continuidade aos processos de regularização ambiental.



Altos custos e burocracia

Sem o devido auxílio, a adequação às exigências do Código Florestal, como a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal, pode demandar investimentos elevados e processos burocráticos complexos que os proprietários rurais não conseguem executar.



Falta de conhecimento e assistência técnica

Muitos pequenos produtores desconhecem as exigências do PRA e não têm acesso a profissionais capacitados para orientá-los sobre as melhores práticas de regularização, resultando em erros que podem gerar novas pendências.



Falta de incentivos

Ainda há falta de linhas de crédito e incentivos financeiros suficientes, o que dificulta a regularização ambiental, tornando o processo oneroso e desestimulante para os proprietários rurais.

PRINCIPAIS ENTRAVES DOS ESTADOS NA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

Os órgãos ambientais estaduais e municipais também enfrentam dificuldades para avançar na análise e validação dos cadastros.



Grande volume de cadastros pendentes

Em muitas regiões, a demanda por análise de CARs supera a capacidade técnica e administrativa disponível.



Falta de integração de sistemas

A integração entre os sistemas estaduais e federais ainda é limitada, dificultando a checagem e cruzamento de dados.



Escassez de recursos humanos e financeiros

A carência de equipes especializadas e a falta de investimentos reduzem a eficiência na análise dos cadastros.



Desafios na implementação do PRA

O programa ainda carece de diretrizes claras e incentivos que facilitem a adesão dos produtores principalmente no nível estadual, em articulação com o governo federal.



Dificuldades na fiscalização e no monitoramento

A extensão territorial dos estados amazônicos representa um obstáculo para o acompanhamento da regularização e cumprimento das normas ambientais.

Esses desafios ressaltam a necessidade de fortalecer políticas, ampliar incentivos e aprimorar a estrutura técnica para garantir a efetividade da regularização ambiental.



É aí que entra o Projeto ASL Brasil

O Projeto ASL Brasil contribui para destravar gargalos e tornar a regularização ambiental mais acessível e eficiente. Com um olhar especial para os pequenos produtores, o projeto começou em 2017, com a assinatura e aprovação do Banco Mundial. Em 2018, as primeiras ações relacionadas ao fortalecimento de políticas começaram a ser implementadas, organizadas em planos operacionais anuais. Desde o início, o projeto passou a atuar diretamente na regularização ambiental — ação presente em quatro estados: Acre, Amazonas, Pará e Rondônia — sempre em parceria com as secretarias estaduais de Meio Ambiente.

Cada órgão estadual de meio ambiente identifica suas dificuldades e as razões da lentidão no processo de regularização. Os desafios vão desde a falta de equipamentos até a necessidade de contratar mais técnicos capacitados para a análise do CAR e dos processos que envolvem as etapas seguintes. Outro problema comum é a falta de retorno após o pequeno produtor receber a resposta inicial da secretaria ao pedido de cadastro, solicitando ajustes. Para agilizar esse processo, chamado de Retificação, o projeto investiu na capacitação de profissionais de outras entidades, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), para ajudar os produtores a responderem corretamente às solicitações e seguirem com a regularização.

Como o Projeto ASL Brasil tem contribuído para superar esses desafios

O Projeto ASL Brasil tem ajudado a tornar o processo mais acessível para os produtores e mais eficiente para os estados por meio de diferentes frentes:

Apoio na análise do CAR	Foram contratadas equipes para analisar 61.500 cadastros, acelerando o processo de regularização.
Elaboração de PRADAs	O projeto está apoiando a elaboração de 10.300 planos de recuperação ambiental para produtores.
Fortalecimento institucional	Foram fornecidos 773 equipamentos como notebooks, GPS, impressoras, drones e veículos para melhorar a estrutura dos órgãos ambientais estaduais.
Capacitação de técnicos	15 técnicos das secretarias municipais de meio ambiente de São Félix e Altamira foram treinados para analisar os cadastros e monitorar os PRADAs e a execução dos TCA's usando ferramentas geoespaciais.
Descentralização da análise do CAR	No Pará, o projeto apoiou os municípios de Altamira e São Félix do Xingu na realização de suas próprias análises, capacitando 15 técnicos das secretarias municipais de meio ambiente para analisar os cadastros, monitorar os PRADAs e acompanhar a execução dos TCA's com o uso de ferramentas geoespaciais. Essa iniciativa contribuiu para desafogar as demandas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e acelerar os processos.
Recuperação de áreas degradadas	Foram mais de mil hectares nos estados de Acre, Amazonas, Pará e Rondônia de passivos ambientais restaurados por meio de métodos de restauração ativa. O projeto soma ainda mais de 40 mil hectares em processo de restauração, considerando tanto ações de restauração ativa quanto de regeneração natural assistida, em Unidades de Conservação e imóveis rurais.
Fortalecimento institucional e desenvolvimento de ferramentas	Além das ações diretas voltadas à regularização ambiental, o Projeto ASL Brasil contribuiu de forma significativa para a capacitação técnica e a criação de mecanismos de governança mais eficazes, a criação de comitês interinstitucionais, que promovem maior alinhamento na implementação das políticas ambientais, a criação de módulos específicos para acompanhamento dos PRADAs, além de parcerias com instituições que possibilitaram o ganho de escala nas ações, como The Nature Conservancy (TNC), World Resources Institute (WRI), entre outras.
Desenvolvimento de mecanismos de incentivo	Para ampliar a adesão à regularização ambiental, o Projeto ASL Brasil apoiou o desenvolvimento de instrumentos que incentivam a conformidade legal. No Amazonas, por exemplo, está sendo estruturado um termo de adesão à regularização ambiental, um documento em que o proprietário se compromete a cumprir as obrigações legais para corrigir eventuais passivos ambientais.

AMAZÔNIA E O PONTO DE NÃO RETORNO: O QUE ESTÁ EM JOGO?

Aldeia da Terra Indígena Karitiana, em Rondônia, envolvida na cadeia da restauração pela coleta de sementes com apoio da Ecoporé.

Por milênios, a floresta amazônica vem sustentando um ciclo contínuo de chuvas, regulando o clima e abrigando 10% da biodiversidade mundial. Mas esse equilíbrio está cada vez mais ameaçado. O desmatamento, as queimadas, as práticas ilegais e a crise climática estão acelerando a degradação, levando a Amazônia em direção ao seu ponto de não retorno (tipping point), ou seja, quando a floresta começa a perder suas características e a capacidade de recuperação.

Pesquisas indicam que, se a degradação continuar neste mesmo ritmo, até 2050 a floresta pode sofrer um processo de savanização, transformando-se em uma paisagem mais seca e empobrecida em biodiversidade, perdendo sua capacidade de estocar carbono na biomassa florestal e reduzindo a absorção de gases de efeito estufa da atmosfera, agravando ainda mais a crise climática. Esse colapso ecológico afetaria diretamente a agricultura, ao comprometer o regime de chuvas essencial para a produção de alimentos; o abastecimento de água, ao reduzir a umidade transportada pelos chamados “rios voadores”; e a qualidade de vida de milhões de pessoas, sobretudo populações urbanas e comunidades tradicionais que dependem da floresta para alimentação, água, renda e estabilidade climática.

O Ponto de não retorno e o papel da regularização ambiental na conservação da floresta

A regularização ambiental tem sido uma ferramenta essencial para garantir a conservação da floresta e o acesso dos produtores a políticas sustentáveis. No entanto, os desafios para a conservação da Amazônia vão além da regularização das propriedades rurais. A floresta enfrenta ameaças cada vez maiores que colocam em risco não apenas os meios de vida de quem nela habita, mas também a estabilidade climática do Brasil e do mundo, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais que dependem da floresta para sua sobrevivência.

Portanto, a aceleração das ações de regularização e restauração é urgente para evitar a destruição irreversível da Amazônia e seus impactos globais.

Oportunidade de transformação: ASL Brasil e as metas globais

Apesar dos desafios, a Amazônia ainda possui um enorme potencial para ser conservada, manejada e gerar oportunidades socioeconômicas que promovam modelos de desenvolvimento com a floresta viva. É nesse contexto que o Projeto ASL Brasil se torna um exemplo concreto de modelo inspirador. A iniciativa tem promovido a gestão integrada da paisagem e a conservação de ecossistemas em áreas prioritárias da Amazônia, tendo na regularização ambiental um dos caminhos para fortalecer a coexistência entre produção e floresta, uma relação que reconhece a interdependência entre os modos de vida locais e a conservação dos ecossistemas, de forma equilibrada e sustentável.

Além dos benefícios diretos para as famílias nos estados em que o projeto atua, essa iniciativa está diretamente conectada aos compromissos globais assumidos pelo Brasil. O ASL Brasil contribui para o Acordo de Paris, que estabelece metas de redução de emissões de carbono, e para o Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, que propõe proteger 30% das áreas naturais do planeta até 2030. Também está alinhado à Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e à Convenção sobre Espécies Migratórias (COP-CMS), ao contribuir para a conservação de habitats e corredores ecológicos essenciais para a fauna silvestre. Além disso, fortalece ações em territórios reconhecidos como Sítios Ramsar, protegendo zonas úmidas de importância internacional. O projeto também se conecta às metas nacionais de preservação ambiental e à garantia dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, reforçando um modelo sustentável para a Amazônia.

O PROJETO ASL BRASIL E OS ODS

O Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia contribui diretamente para o alcance de 12 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU:



Fonte: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/news/communications-material/>

O PROJETO ASL BRASIL E AS METAS DA CDB

As ações do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia contribuem diretamente para 12 das 23 Metas da Convenção da CBD:



Fonte: <https://www.cbd.int/gbf/branding>

CAPÍTULO 4

RESULTADOS

MAPA 1 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA ASL 1, 2, E 3

18.337
CADASTROS
ANALISADOS

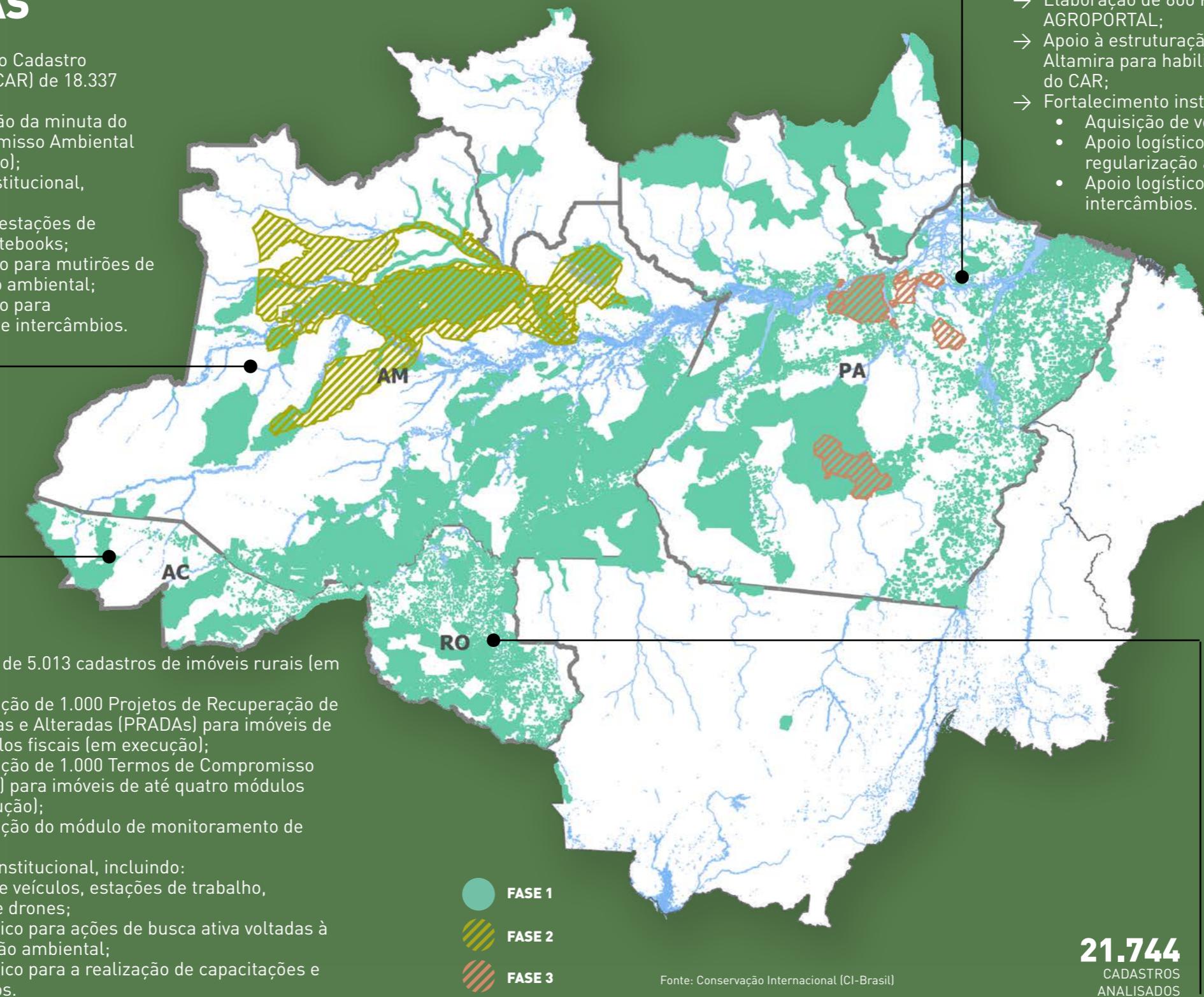
AMAZONAS

- Apoio na análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de 18.337 imóveis;
- Apoio na elaboração da minuta do Termo de Compromisso Ambiental (TCA) (em execução);
- Fortalecimento institucional, incluindo:
 - Aquisição de estações de trabalho e notebooks;
 - Apoio logístico para mutirões de regularização ambiental;
 - Apoio logístico para capacitações e intercâmbios.

ACRE

- Apoio na análise de 5.013 cadastros de imóveis rurais (em execução);
- Apoio na elaboração de 1.000 Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADAs) para imóveis de até quatro módulos fiscais (em execução);
- Apoio na elaboração de 1.000 Termos de Compromisso Ambiental (TCAs) para imóveis de até quatro módulos fiscais (em execução);
- Apoio na elaboração do módulo de monitoramento de PRADA;
- Fortalecimento institucional, incluindo:
 - Aquisição de veículos, estações de trabalho, notebooks e drones;
 - Apoio logístico para ações de busca ativa voltadas à regularização ambiental;
 - Apoio logístico para a realização de capacitações e intercâmbios.

5.013
CADASTROS
ANALISADOS
ATÉ O FIM DE 2025



17.500
CADASTROS
ANALISADOS

PARÁ

- Apoio na análise de 17.500 cadastros de imóveis rurais, com a perspectiva de alcançar 27.000 cadastros analisados;
- Apoio na retificação de 5.000 cadastros de imóveis rurais;
- Apoio na elaboração do protocolo e do módulo de acompanhamento de PRADA (em execução);
- Elaboração de 600 PRADAs pela EMATER e 100 pela empresa AGROPÓRTAL;
- Apoio à estruturação da SEMMAS em São Félix do Xingu e Altamira para habilitação do município de Altamira na análise do CAR;
- Fortalecimento institucional, incluindo:
 - Aquisição de veículos, estações de trabalho e notebooks;
 - Apoio logístico para a realização de 8 mutirões de regularização ambiental;
 - Apoio logístico para a realização de capacitações e intercâmbios.

RONDÔNIA

- Apoio na análise de 21.744 cadastros de imóveis rurais;
- Apoio na capacitação de técnicos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e do setor privado para atuarem na implementação do PRA;
- Apoio na elaboração de 10.000 Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADAs) e na assinatura de Termos de Compromisso Ambiental (TCAs) - em execução;
- Apoio à mobilização de produtores rurais por meio de mutirões de adesão ao PRA em 14 municípios (em execução);
- Fortalecimento institucional, incluindo:
 - Aquisição de veículos, estações de trabalho e notebooks;
 - Apoio logístico para a realização de 11 mutirões de regularização ambiental;
 - Apoio logístico para a realização de capacitações e intercâmbios.

Efetividade e impactos observados

Os resultados alcançados até aqui demonstram não apenas o volume de ações executadas, mas também avanços concretos em termos de sua efetividade. Em alguns estados, já é possível observar uma redução significativa no tempo médio de análise dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR), ampliando a capacidade de resposta dos órgãos ambientais. O aumento do número de cadastros analisados em relação ao total submetido representa um salto de eficiência, enquanto a regularização tem permitido que produtores rurais acessem novas linhas de crédito agrícola, antes inacessíveis.

Além disso, a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), inclusive por meio da conversão de multas ambientais em compromissos de recuperação, evidencia uma mudança de comportamento que alia segurança jurídica, fomento à produção sustentável e conservação da floresta sustentável e conservação da floresta. Esses resultados mostram que a implementação do Código Florestal, quando apoiada por ações integradas como as oferecidas pelo ASL Brasil, é capaz de gerar benefícios ambientais, econômicos e sociais de forma simultânea.

Esses avanços ganham ainda mais relevância diante da dimensão e da importância estratégica da Amazônia brasileira, que representa 60% de todo o território da Amazônia internacional. O bioma amazônico possui aproximadamente 6,74 milhões de km², dos quais 4,2 milhões de km² estão em território brasileiro, abrangendo nove estados. A região abriga cerca de 22 milhões de pessoas, a maioria em áreas urbanas, mas também em comunidades locais, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais, que dependem diretamente dos recursos naturais para seu bem-estar e sustento.

A bacia hidrográfica amazônica é a maior do mundo, com cerca de 6 milhões de km² e 1.110 afluentes, concentrando 15% das águas doces superficiais não congeladas do planeta. Seu principal rio, o Amazonas, percorre a região até desaguar no Oceano Atlântico, lançando ao mar cerca de 175 milhões de litros de água por segundo — um lembrete da magnitude e da responsabilidade envolvidas na conservação deste patrimônio natural.



Pescador apoia equipe de pesquisadores na Rebio Abufari (AM).

LIÇÕES: A CONEXÃO É A CHAVE

Viveiro Cidadão da Ecoporé em
Rolim de Moura (RO).



O Projeto ASL Brasil nos ensina que a conservação da Amazônia exige esforços conjuntos e coordenados. A integração entre governos, comunidades e produtores rurais é essencial para promover o uso sustentável dos recursos naturais, promover a proteção da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos. O engajamento dos governos subnacionais na implantação e aprimoramento das políticas ambientais têm sido um fator-chave para o sucesso das ações desenvolvidas.

Na rede de conexões que sustentam as vidas na floresta, a regularização ambiental mostra-se uma ferramenta estratégica não apenas para garantir o cumprimento da legislação, mas também para viabilizar o acesso de pequenos produtores a incentivos financeiros, a políticas públicas e a práticas produtivas sustentáveis.

Durante a execução do projeto, desafios significativos vêm sendo identificados e superados. A validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), por exemplo, apresentou atrasos que estão sendo minimizados com a implementação de novas metodologias, como análises automatizadas e análises dinamizadas, tornando o processo mais eficiente. A adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) também era baixa, mas ações de sensibilização junto aos produtores rurais, especialmente os mutirões de regularização ambiental, que contaram com apoio financeiro para a ida e adesão das pessoas, além de oferta de capacitação, possibilitaram que mais produtores se engajassem no programa, ampliando a área sob gestão regularizada.

O projeto também tem possibilitado inovações importantes. Foram criados modelos de regularização para pequenos produtores, facilitando a adesão de agricultores familiares ao processo. A melhoria da coordenação entre órgãos ambientais estaduais e federais evitou sobreposições de trabalho, tornando a gestão mais eficiente. O monitoramento também vem sendo aprimorado, garantindo maior transparência e controle sobre a efetividade das regularizações ambientais.

Esse impulso na implementação do Código Florestal contou com o apoio significativo do Projeto ASL Brasil, especialmente no avanço das análises do CAR nos estados do Amazonas, Acre, Pará e Rondônia. No Amazonas, por exemplo, o projeto foi decisivo para destravar o processo, que até então havia registrado apenas quatro cadastros analisados. Em Rondônia e Acre, o ASL somou esforços a outras iniciativas em curso, contribuindo de forma estratégica para fortalecer a capacidade institucional e acelerar a regularização ambiental. Esse movimento abriu caminho para uma nova dinâmica de gestão ambiental — mais ágil, estruturada e eficaz. E não para por aí: enquanto aprofunda os aprendizados da primeira fase, o ASL Brasil avança para a segunda e já se prepara para a terceira etapa, ajudando a consolidar um legado duradouro para a Amazônia e suas populações.

Legado: redes sólidas, raízes fortes

O Projeto ASL Brasil, em articulação com instituições parceiras, tem contribuído para deixar um legado duradouro nos quatro estados em que atua, que seguem trabalhando para concluir as análises e validação dos cadastros ambientais. O fortalecimento institucional apoiado pelo projeto tem colaborado para o aprimoramento dos processos internos dos órgãos ambientais, garantindo que as melhorias implementadas, de forma conjunta, continuem a beneficiar a gestão ambiental a longo prazo.

No Acre, por exemplo, o projeto fortaleceu as estratégias de regularização ambiental ao permitir a aquisição de equipamentos essenciais, contratação de consultorias específicas para apoiar a análise de PRADAs e Termos de Compromisso Ambiental, além de possibilitar a criação de setores dedicados à notificação, análise, regularização e restauração. Isso proporcionou ao estado equipes especializadas e maior agilidade nos processos. O Acre também desenvolveu um modelo de monitoramento dos imóveis regularizados, o que fortaleceu significativamente a capacidade de gestão ambiental local.

Já no Pará, o projeto viabilizou a contratação de empresas especializadas, mutirões de regularização ambiental em diversos municípios, capacitação de técnicos e extensionistas rurais, além da estruturação dos órgãos estaduais e municipais com equipamentos como drones, computadores e GPS. O ASL também vem sendo essencial para o fortalecimento da governança ambiental ao alinhar suas ações com o Plano Amazônia Agora e o Regulariza Pará, apoiando a implementação do Plano de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará (PRVN-PA), que estabelece a meta ambiciosa de recuperar 5,6 milhões de hectares até 2030, representando quase 50% da meta nacional prevista no Planaveg e consolidada no Proveg (Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa). Diversas ações já estão em andamento, contribuindo para posicionar o estado como referência na agenda de restauração ecológica no Brasil.

Os impactos do projeto também incluem maior segurança jurídica para os produtores rurais, permitindo que tenham acesso a crédito, incentivos financeiros e programas de apoio. O fortalecimento da governança ambiental proporcionou aprimoramento nos fluxos de análise do CAR e na criação de protocolos mais eficientes. O diálogo interinstitucional também foi ampliado, promovendo a cooperação entre diferentes setores do governo e entidades da sociedade civil.



“O projeto ajudou o estado do Acre a fortalecer todo o fluxo da regularização, desde o momento da declaração do CAR até a etapa de monitoramento. Isso é muito importante para a gente.”

CLAUDIO CAVALCANTI, coordenador técnico do escritório de Cadastro Ambiental Rural e do Programa de Regularização Ambiental do Estado do Acre



Com mais de 1,7 milhão de hectares, a Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu (PA) é foco de ações de restauração e manejo sustentável apoiadas pelo ASL Brasil, envolvendo comunidades locais e produtores rurais.

“

Sem o apoio do Projeto ASL Brasil, os resultados apresentados hoje pela SEMAS, principalmente relacionados ao CAR, não seriam tão positivos. Isso não só em números, mas também no conhecimento, experiência e parcerias fundamentais que o projeto possibilitou realizar. Atualmente tudo isso serve de base para os outros projetos e programas que fomentam a regularização ambiental e a restauração florestal no Brasil.”

LUIZ EDINELSON CARDOSO, agrônomo e Assessor técnico da Secretaria-adjunta de Gestão e Regularidade Ambiental da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA)

Futuro: um sistema contínuo e eficaz

O fortalecimento da regularização ambiental na Amazônia recebeu um impulso significativo com as iniciativas implementadas pelo Projeto ASL Brasil. O apoio oferecido pelo projeto possibilitou avanços essenciais, especialmente no fortalecimento institucional, na capacitação técnica e na criação de incentivos para a adesão ao PRA. Agora, os estados seguem escalonando a implementação do Código Florestal, consolidando os avanços obtidos e buscando formas de manter e expandir os processos iniciados.

Para isso, será fundamental aprimorar a integração entre os órgãos ambientais, evitando sobreposições de trabalho e aumentando a eficiência na gestão da regularização. A criação de novas políticas de incentivo também será essencial, incluindo mecanismos mais robustos de pagamento por serviços ambientais e financiamento para a adoção de práticas sustentáveis. Além disso, o monitoramento e a transparência deverão ser fortalecidos para garantir que as metas estabelecidas sejam cumpridas e que os resultados da regularização ambiental sejam efetivos.

O Projeto ASL Brasil, junto a redes parceiras, demonstrou que é possível conservar e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O futuro da gestão ambiental na região dependerá da continuidade dessas iniciativas, garantindo que os produtores rurais tenham condições de se regularizar, ao mesmo tempo em que se preserva um dos biomas mais importantes do planeta.



Embarcação durante missão de supervisão
do ASL em julho de 2024, na comunidade
Nova Esperança, Rio Negro (AM).



ASLBrasil

Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia